

MATÉRIA PRINCIPAL:

**Informativo eletrônico do Conselho
Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente – CMDCA-Rio.**

Edição - 32

Abril/2021

Nosso endereço: Afonso Cavalcanti, n 455,
sala 663, Cidade Nova- RJ

www.cmdcario.com.br
cmdcario@gmail.com



CONSELHOS TUTELARES PEDEM SOCORRO

Os Conselhos Tutelares (CTs) têm papel fundamental na garantia dos direitos das crianças e adolescentes do município do Rio. Para que possam desenvolver o seu trabalho de forma adequada, os conselheiros tutelares precisam dispor dos recursos necessários para operacionalizar tal função, entre eles, fornecimento de água, papel, impressora, telefone e, neste momento especialmente delicado em função da pandemia de Covid-19, sabão, álcool em gel e máscara. É agora que eles mais precisam se proteger e proteger crianças e adolescentes que tenham tido seus direitos violados.

Como é do conhecimento público, os conselheiros estão trabalhando sem os recursos necessários, somando-se ainda o fato de profissionais terceirizados e motoristas estarem há meses sem receber seus salários. Isso desencadeou uma crise que ocasionou a interrupção de atendimento presencial em nove, dos 19 CTs existentes no município do Rio, ficando restritos aos atendimentos por telefone.

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) afirma que em sua nova gestão tem sentido o impacto orçamentário que também afeta os Conselhos Tutelares assim como demais equipamentos da Assistência Social. Entretanto, a mesma vem se empenhado junto com a Coordenadoria de Apoio aos Conselhos Tutelares (CACT) para o fortalecimento dos Conselhos Tutelares.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), instrumento que norteia o sistema de garantia de direitos de meninos e meninas, que deu origem aos conselhos

tutelares e estabelece que crianças e adolescentes devem ser tratados como prioridade pela sociedade e, em especial, pelo Poder Público, com total destaque às políticas públicas e ações do governo.

O informativo mensal do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA-Rio) escolheu tratar desta questão dos conselhos tutelares dando voz aos envolvidos com objetivo de trazer o esclarecimento necessário e demonstrar seu apoio para que a situação seja normalizada o mais rápido possível e que os CTs possam voltar a funcionar o quanto antes e os profissionais disponham das condições necessárias para realizarem o seu trabalho.

O CMDCA-Rio está propondo a criação de um GT de "crise", com a participação dos CTs, CMDCA, SMAS, MP para tratar das questões de infraestrutura, salários, SIPIA e, principalmente, participação no orçamento destinado aos conselhos tutelares.

O CMDCA-Rio fez uma enquete com os conselheiros tutelares para saber o que eles pensam sobre a situação atual. **Veja os resultados:**

Questionados sobre o que mais compromete o trabalho dos Conselhos Tutelares:

62,1% responderam que são os salários em atraso

37,9% indicaram que é a falta de equipamento e material (como computador, impressora, scanner e papel)

Em relação ao que precisa acontecer para que o atendimento de crianças e adolescentes pelos conselhos tutelares melhore, as respostas foram:

66,7% indicaram que seja melhorar a infraestrutura do CTs

20% o cumprimento das regras de ouro

10% aumentar o quantitativo de funcionários

2,3% meio de transporte adequado

COM A PALAVRA

COORDENADORIA DE APOIO AOS CONSELHOS TUTELARES (CACT)

Tiago Vieira - Coordenador de Apoio aos Conselhos Tutelares

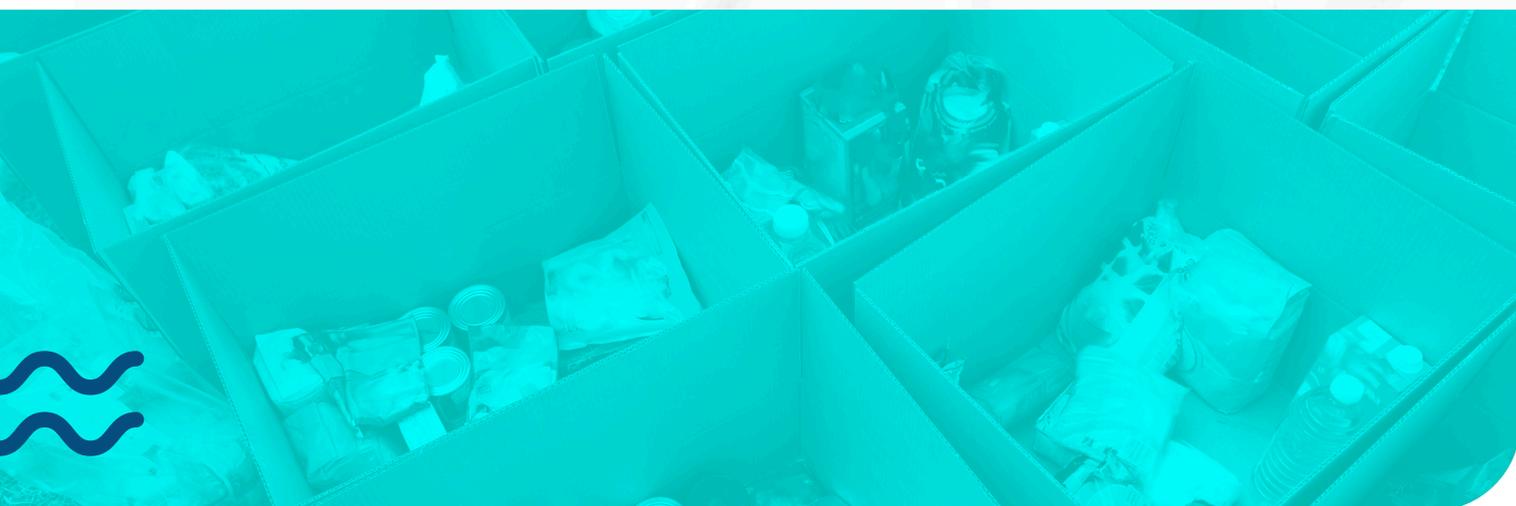


A Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) em sua nova gestão tem sentido o impacto orçamentário que também afeta os Conselhos Tutelares assim como demais equipamentos da Assistência Social. Entretanto a mesma vem se empenhado junto com a Coordenadoria de Apoio aos Conselhos Tutelares (CACT) para o fortalecimento dos Conselhos Tutelares como um órgão de defesa e proteção na garantia de direitos de crianças e adolescentes juntamente com o acompanhamento e apoio das Coordenadorias de Assistência Social (CAS) sendo essas uma extensão da Secretaria no território.

Mensalmente são entregues os materiais de consumo diário tais como papéis para escritório, lâmpadas para utilização assim como produtos de limpeza

conforme solicitado através de uma plataforma digital, preenchida de acordo com a necessidade de cada unidade. Contudo vale ressaltar que a última entrega de kits EPI's foi realizada em fevereiro do ano corrente a fim de que não só os conselheiros tutelares mas toda equipe técnica-administrativa bem como os usuários tenham garantido os protocolos sanitários de segurança e higienização para o enfrentamento do COVID-19*.

Diante de algumas dificuldades encontradas referentes ao abastecimento de material e combustível, assim como o pagamento de pessoal, a SMAS têm se reorganizado a fim de minimizar os impactos negativos que reverberam na reconfiguração da gestão pública. Desse modo, o diálogo se faz fundamental para vencermos essa crise.



COM A PALAVRA

CONSELHO CONSULTIVO DOS CONSELHOS TUTELARES DO MUNICÍPIO DO RIO

Felipe Costa Machado - Membro do Colegiado Conselho Consultivo

Avaliamos a situação dos Conselhos Tutelares como caótica. Deixar os Conselhos Tutelares sem nenhuma estrutura, que garanta sua abertura, faz do poder executivo municipal o maior violador de direitos contra crianças e adolescentes. O ECA e a Constituição garantem prioridade em políticas públicas, que protegem a infância e a juventude e, infelizmente, isto não vem sendo respeitado.

Além de toda essa situação financeira, que vem engessando o órgão, temos ainda questões que



retrocedem aos direitos adquiridos com anos de luta feitos pela categoria.

Enfim, acreditamos que tudo isso possa se normalizar e que os Conselhos retornem as atividades presenciais, com garantia no combate e prevenção contra a Covid-19. Pleiteamos ainda, condições mínimas de trabalho e infraestrutura para prestar um serviço de excelência ao usuário e devolver dignidade às famílias que buscam o Conselho Tutelar.



ARTIGO:

A ACTERJ E A LUTA PELOS CONSELHOS TUTELARES

Por Milena Salgueiro, advogada, conselheira tutelar de Vila Isabel, diretora da ACTERJ e presidente do PPCAM e Ana Cristina dos Santos Sobral, assistente social, conselheira tutelar de Realengo e diretora da ACTERJ



A ACTERJ - Associação de Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro, é entidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, sem discriminação de raça, credo, classe social, ideologia política ou religiosa e reger-se-á pelo seu Estatuto Social e pela legislação pertinente. Entre as principais finalidades da ACTERJ, conforme o artigo 3º da ACTERJ podemos citar: a defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes; encontros periódicos regionais e estaduais de formação dos Conselheiros Tutelares; divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente; promoção de capacitações, eventos, cursos e a incentivo para a criação de novos Conselhos Tutelares.

A Associação de Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro, é composta por dez regionais, dentre os 92 municípios do Estado, tendo atualmente como seu presidente o Sr. Rodrigo Ramalho de Almeida, ex-conselheiro tutelar do município de Araruama, representando a regional Lagos e a vice-presidente a Sra. Camila Monteiro, ex-conselheira tutelar do município de Mesquita, representante da regional Baixada.

O município do Rio de Janeiro, compõe a regional da Capital, sendo o único município pertencente a essa

regional devido ao grande número de Conselhos Tutelares. Por ser uma Associação de Conselheiros e ex-Conselheiros, atualmente a representatividade da regional da capital é composta pelas Conselheiras Tutelares de mandato Ana Sobral e Milena Salgueiro, conselheiras de Realengo e de Vila Isabel, que ocupam o cargo de Secretária e Suplente do Conselho Fiscal, respectivamente. Os demais representantes da regional da capital são os ex-Conselheiros Tutelares Juarez Marçal, ex-conselheiro do CT 01 – Centro, que já foi presidente da ACTERJ por dois mandatos, hoje é assessor técnico, pela ex-conselheira Edna Filha, ex-conselheira do CT 04 – Méier que é coordenadora Regional e pela Alcione, ex-conselheira do CT – 08 – Bangu que é vice coordenadora Regional.

No site www.acterj.org.br pode ser localizado o Estatuto da ACTERJ, o regimento interno, toda Diretoria e suas Coordenações, além de palestras, fotos dos eventos, leis municipais de Conselhos Tutelares do Estado do Rio de Janeiro, como também o contato dos 141 Conselhos Tutelares do Estado, com a busca pelo Conselho podendo ser realizada através do nome do bairro.



CONSELHOS TUTELARES CARIOCAS

A doutrina da proteção integral define que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, que detêm prioridade absoluta, por se encontrarem em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Para fazer valer esse posicionamento, os Conselhos Tutelares são unidades fundamentais para o alcance desse objetivo, através da defesa e da garantia desses direitos, com fulcro em suas atribuições elencadas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A recomendação nº 170 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, recomenda que para cada 100 mil habitantes tenha um órgão Conselho Tutelar, porém a cidade do Rio de Janeiro, que deveria contar com 65 Conselhos Tutelares, tem apenas 19 Conselhos Tutelares. Sobrecarregando o órgão e os 95 Conselheiros (as) Tutelares no seu dia a dia de trabalho.

Para além da sobrecarga de trabalho, os órgãos colegiados da cidade do Rio de Janeiro, estão passando por um momento delicado em relação à infraestrutura, a ausência de pagamento de seus funcionários e ausência de combustível para sua locomoção, prejudicando diretamente a atuação do órgão.

A ACTERJ participa diretamente das ações promovidas pelos Conselhos Tutelares, como mobilização de valorização do profissional, participação em Audiência Pública, debates com vereadores, estudo de alteração da Lei nº 3282/01, implementação do SIPIA e ainda, procura articular com o Ministério Público do Trabalho o apoio aos Conselhos Tutelares.



COM SERGIO ROQUE,

presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Município do Rio de Janeiro- ACTMRJ



1- O que os conselheiros tutelares estão reivindicando?

Os Conselhos Tutelares passaram por sérios problemas estruturais em um momento muito complicado da pandemia provocada pela COVID-19. Nas sedes dos CTs estavam faltando álcool em gel, máscaras, material de limpeza e higienização do ambiente de trabalho, colocando em risco todos os usuários e funcionários de se infectarem pelo Coronavírus nos atendimentos presenciais. Agravou-se a situação caótica nos atendimentos nas sedes dos Conselhos Tutelares quando os funcionários terceirizados não receberam o vale transporte (Riocard), para que pudessem se deslocar casa x trabalho x casa, sendo relatado funcionários que já se encontravam à aproximadamente 3 meses sem receberem os seus salários, desde a gestão passada. Além disso, os conselheiros tutelares que foram reconduzidos, alguns não haviam recebido o 13º salário.

Atualmente, foi depositado um valor na conta bancária dos conselheiros, mas não foi explicado pela administração, a que título foi feito aquele depósito e os mesmos aguardam esse esclarecimento.

A Prefeitura reduziu a equipe técnica que faz a assessoria dos Conselhos Tutelares, composta por assistentes sociais e psicólogos, acarretando prejuízos imensuráveis no atendimento às crianças e adolescentes que buscam atendimento e proteção nos CTs.

2 - Como a precariedade de condições de trabalho afeta o trabalho dos Conselhos Tutelares?

Muitos Conselhos Tutelares estão com mobiliários quebrados, computadores com defeito, prejudicando a elaboração de relatórios para que se possam aplicar as medidas protetivas, como também, há carros que foram doados pelo Ministério de Direitos Humanos aos conselhos com defeitos e que estavam faltando combustível até nos veículos terceirizados. À medida que não estava havendo o repasse do valor contratual para a cooperativa (ECOS), isso foi inviabilizando os trabalhos dos Conselheiros Tutelares na realização de visitas domiciliares para averiguação de denúncias, para acompanhamento dos procedimentos e, se as medidas protetivas aplicadas estavam sendo cumpridas, além de visitas às escolas, aos hospitais, como também, fiscalizações.

Em alguns CTs, os telefones estavam com defeito e os aparelhos de celulares, em sua maioria, estão quebrados, faltando teclas, com diferentes avarias e precisam ser substituídos.

Outro problema é que o número de CTs é insuficiente para atender a grande demanda de crianças e adolescentes munícipes, necessitando que sejam criados novos conselhos tutelares, inclusive, o Conselho Tutelar de Referência, que já deveria ter sido implantado



no Centro do Rio de Janeiro, com recurso que já entrou nos cofres públicos do município há mais de 3 anos, oriundo da emenda parlamentar do Deputado Federal Molon, mas ainda não foi implantado.

3 - No que o grupo de trabalho (GT) proposto pelo CMDCA-Rio pode contribuir para que se chegue a uma solução para o problema?

O GT do CMDCA-RIO pode ser esse espaço para que possamos estabelecer diálogo com a gestão pública, com a sociedade civil e os conselheiros tutelares, no sentido de se debater a pauta sobre a estrutura dos Conselhos Tutelares, a implantação do CT de Referência e a criação dos novos conselhos tutelares, inclusive do sistema SIPIA. Ao final, pode ser elaborado um documento sobre a política pública de estruturação e implantação de novos CTs a ser encaminhado ao Prefeito e à Secretária, da SMAS, ou até quem sabe, sinalizando para uma deliberação do CMDCA-RIO.

4 - Quais os próximos passos que os Conselhos Tutelares no município do Rio planejam dar?

No passado, a Associação dos Conselheiros Tutelares do Município do Rio de Janeiro, sempre teve um bom diálogo com a gestão do prefeito Eduardo Paes, tanto que foi na gestão dele que se implantou novos Conselhos Tutelares e se garantiu, através de decreto, a melhoria na remuneração (equiparando ao cargo de DAS 9 Direção) dos Conselheiros Tutelares. Antes, os conselheiros recebiam um salário equivalente ao Cargo DAS 8, que era metade do valor. Neste diálogo do prefeito com a Associação dos Conselheiros

Tutelares do Município do Rio de Janeiro, garantiu-se o 13º salário dos conselheiros e as férias remuneradas. Por isso, nós da Associação dos Conselheiros Tutelares do Município do Rio de Janeiro, acreditamos que seja possível, através do diálogo, apresentando-se de forma objetiva a pauta de reivindicações e a ACTMRJ se coloca à disposição para, mais uma vez, colaborar na busca de soluções para muitos dos problemas que foram deixados pela gestão Crivella.



DOAÇÃO AO FUNDO

Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMADCA) beneficia, através de doações dedutíveis do imposto de renda, programas e projetos de atenção a crianças e adolescentes do município do Rio de Janeiro, nas áreas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer.

Você também pode ajudar fazendo a sua doação!

DOE!

*Proteger crianças e adolescentes
é responsabilidade de todos!*

Banco do Brasil

Agência: 2234-9

Conta Corrente: 8.850-1

CNPJ: 14.414.144/0001-07



Informações: www.cmdcario.com.br
cmdcario@gmail.com | (21) 2976-2993

PARTICIPE DO NOSSO INFORMATIVO

Mande suas sugestões, críticas ou elogios
para contato@cmdcario.com.br.

**Crianças e adolescente também podem
participar contando a sua história.**

EXPEDIENTE

Informativo digital do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Jornalista responsável: Iranilce Martins – Nana – Savannah.

Textos: Gretha Schwerz – Savannah e colaboradores do mês.

Projeto Gráfico e Diagramação: Savannah.

Fotos: Arquivo pessoal.